



Presidente **p.7**

Portugal condena "acto odioso" em Paris



PSD **p.9**

Apoiar a Madeira em "todos os desafios"

POVO LIVRE



nº 1858

14 de Fevereiro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



PRESERVAR A AUTONOMIA DA MADEIRA

Pedro Passos Coelho esteve na sessão de abertura do XV Congresso Regional do PSD/Madeira

Recuperação permitirá “compensar sectores vulneráveis”



“Estou muito confiante de que está ao nosso alcance termos a possibilidade de materializar uma recuperação que nos permita sarar feridas, compensar sectores mais vulneráveis da sociedade portuguesa, mas sobretudo criar condições para que uma maior riqueza possa ser gerada, porque sem gerar riqueza também não a podemos distribuir melhor”, declarou Pedro Passos Coelho aos dois grupos musicais, um do Baixo Alentejo e outro do Minho, que lhe cantaram as Janeiras, nos jardins da residência oficial, em Lisboa, dia 6 de Janeiro.

O Primeiro-Ministro acrescentou que “isso está perfeitamente ao nosso alcance, como disse, apesar das incertezas”: “não depende vagamente daquilo que fizemos, depende grandemente daquilo que fizermos”.

Recordando que Portugal e a União Europeia fizeram “grandes progressos nos últimos anos”, “temos hoje boas razões para encarar com mais confiança o futuro”.

Depois de anos de dificuldades e de muitos sacrifícios, há uma “nova fase que se abre, de perspectiva mais positiva”, mas sendo preciso “renovar continuamente as condições de crescimento”.

No final das actuações musicais, o Primeiro-Ministro fez uma intervenção de dez minutos, na qual assinalou o reconhecimento do cante alentejano como património imaterial da humanidade. “Não há dúvida de que Portugal tem muitas riquezas imateriais.” [...] “E muitas vezes elas são um bom auspício para outro tipo de riquezas que podemos também gerar”.

As Janeiras de 2015 foram cantadas por alunos da Academia de Música da Fortaleza de Valença, e pelos Cantadores de Aldeia Nova de São Bento, no concelho de Serpa.

No final do breve discurso, dirigiu-se aos jovens



cantores da Academia de Música de Fortaleza de Valença, congratulando-se por terem escolhido “a vida da música e do canto”. Passos Coelho aconselhou os jovens a viverem “intensamente a sua meninice e a sua ado-

lescência, sem ter demasiada pressa para chegar à vida adulta”, e depois referiu que o país precisa de “gente bem preparada, bem qualificada, que saiba lançar boas sementes para futuro”.

Sucessos científicos merecem maior visibilidade

A evolução da investigação científica em Portugal não tem visibilidade suficiente e os projectos bem-sucedidos têm pouco destaque mediático face ao que apelidou de “folhetim das desgraças”. O Primeiro-Ministro recorda que é “mais provável que uma desgraça seja notícia do que um projecto premiado ou uma investigação bem-sucedida, e no entanto uma investigação bem-sucedida exige um esforço metódico preparado, às vezes, por várias gerações, e muitos anos de estudo, de trabalho e uma cooperação que envolve várias instituições”.

De acordo com Pedro Passos Coelho, que falava no final da cerimónia de atribuição dos prémios de ciência da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, na sede desta instituição, em Lisboa, dia 7, a falta de destaque dada aos progressos na área da ciência resulta numa ideia “enganadora” sobre o desenvolvimento da sociedade portuguesa. “Uma desgraça, muitas vezes, não é mais do que um epílogo de uma situação menos controlada que pode ser evitada no futuro. E quando damos mais atenção a estas últimas do que às primeiras, escolhemos não ver aquilo que nos permite progredir e ficamos muitas vezes com a sensação de uma mera regressão da nossa sociedade que é enganadora”, afirmou.

Segundo o Primeiro-Ministro, Portugal “tem mudado profundamente ao longo destas décadas” no que respeita à investigação científica, o que envolveu o trabalho de vários governos, de instituições públicas, semi-públicas e privadas. “Estamos hoje a viver condições excepcionais de uma sociedade que, apesar das dificuldades tremendas por que passou, de natureza financeira, de natureza económica, de natureza cultural também, tem vindo a aproveitar as oportunidades e a transformar-se de uma forma que muitas vezes não é visível no retrato mediático que, a cada dia, é oferecido às pessoas”, prosseguiu.

O Primeiro-Ministro elogiou a investigação científica feita em Portugal e as instituições que a apoiam - “há investigação de grande nível, do melhor nível internacional” - e associou o progresso nesta área à abertura e competitividade das economias, manifestando-se optimista quanto ao futuro.

Passos Coelho exortou os cientistas portugueses a participarem ainda mais nas “redes globais de conhecimento, de investigação e de desenvolvimento” e defendeu que é preciso apostar “na excelência, na abertura e na competição, deixando para trás os modelos proteccionistas”. “Temos melhores condições do que alguma vez tivemos até hoje para obter os melhores resultados”, concluiu.



XV Congresso Regional do PSD/M

Preservar a autonomia da Madeira

O PSD e o Governo têm estado a “pôr a casa em ordem” e trouxeram “a verdadeira mudança a Portugal”. Na abertura do XV Congresso Regional do PSD/Madeira, no Funchal, dia 10, Pedro Passos Coelho afirmou que não gosta de “vender ilusões” e prefere oferecer “respostas válidas e realizáveis” para o país. “Aqueles que pensam que estivemos apenas de turno a pôr a casa em ordem para outros agora virem dispor, como fizeram no passado e mal, desenganem-se”, referiu o presidente do Partido.

Pedro Passos Coelho adiantou também que as notícias relacionadas com a coligação com o CDS para as próximas legislativas e as presidenciais “virão a seu tempo”. Depois disso, adiantou, “lá hão-de vir as presidenciais, que não são eleições partidárias”, cabendo aos partidos, que “não inventam os candidatos”, decidir soberanamente quem apoiar.

Segundo o líder do PSD, neste momento “o mais importante são as reformas que o Governo está a fazer” e cumprir as suas obrigações.

Por isso, observou que “não é verdade que os próximos meses sejam aguardar as eleições”, vincando que “o Governo não vai deixar de trabalhar porque há só quem pense eleições” e que “os que pensam que o último ano de governação é um ano de espera para eleições estão equivocados”.

“Quem está à espera das eleições, não privatiza a TAP e nós vamos privatizar. Não fica à espera de fazer as concessões dos transportes públicos nas áreas metropolitanas como vamos fazer e não prossegue, como vamos prosseguir, as reformas importantes na área da delegação de competências nas áreas da saúde, educação e social”, argumentou.

Passos Coelho também mencionou que os “privilégios” que aconteciam anteriormente nas políticas públicas, hoje em Portugal, “não têm guarida pública”. “Há uma coisa que nós não fazemos, que é milagres”, frisou, referindo que não gosta de “dourar a pílula”.

Esta foi a terceira vez que o líder nacional do PSD participou numa das reuniões magnas da estrutura do partido na Madeira.

Abrir o PSD/Madeira à comunidade

O novo líder do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, reiterou que com as eleições internas o “feitiço virou-se contra o feiticeiro”, representando a “primeira derrota dos adversários políticos” do partido. “A partir de hoje estamos unidos a afirmar que o nosso PSD é a solução para a Madeira”, declarou Miguel Albuquerque no discurso de encerramento do XV Congresso, que ficou marcado pela sua aclamação como sucessor de Alberto João Jardim, que foi líder durante quatro décadas.

Discursando cerca de 30 minutos, o novo presidente da comissão política disse que o PSD/M “sai mais forte” desta reunião magna, porque as “novas políticas e comportamentos estão definidos”, representando “o início da nossa vitória nas próximas eleições regionais”.

“Não queremos um PSD estagnado”, pelo que as alterações que preconiza visam “estimular o pluralismo interno e o saudável debate de ideias” e aposta no alargamento da representatividade, abrindo o partido “à comunidade, ao mundo do trabalho, às empresas, da ciência da cultura, da juventude”, realçou.

E adiantou: “Connosco não haverá um PSD parado, prisioneiro das rotinas e do carreirismo”, reforçando que “os desafios pela frente vão envolver a participação de todos e serão concretizados sem falsas promessas ou demagogias”.

Miguel Albuquerque assegurou que o novo PSD/Madeira “não usará a ofensa e a injúria” para afirmar as suas razões, destacando que o partido “não tem medo da dialéctica democrática, nem de eleições”.



O novo líder agradeceu o empenho de todos e recordou que “o partido não tem lugares eternos”.

Dirigindo-se ao vice-presidente nacional do PSD, Marco António Costa, quando falava da necessidade de resolver o problema das acessibilidades das ilhas, mencionou que “não existe explicação razoável” para o tratamento diferenciado entre a Madeira e os Açores em matéria de liberalização aérea.

Aproveitando também a presença do presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, defendeu ser necessário “aproximar” os partidos das duas regiões. “Vamos estreitar as relações políticas. Vamos trabalhar na busca de novas soluções para o futuro”, disse

Entre as várias apostas do PSD/Madeira, apontou o melhoramento da eficiência da administração pública, o aproveitamento dos fundos comunitários no quadro 2014-2020, o diálogo com os profissionais de saúde e eficácia deste sistema regional, adiantando que não deixará de “avaliar todas as possibilidades para a concretização de uma nova unidade hospitalar”.

Miguel Albuquerque também sustentou ser imprescindível o diálogo com todos os intervenientes na área da educação e com os elementos do sector do turismo, bem como a aposta nos sectores tradicionais, na economia do mar, novos laços de aproximação às comunidades emigrantes. E prometeu rever a política dos portos e referiu ser de “atender às oportunidades que permitam a existência de uma ligação marítima com o continente”.

O Centro Internacional de Negócios da Madeira foi outro ponto em foco no discurso do novo presidente da comissão política regional do PSD/M, sublinhando que é “preciso promover o CINM, dissipar preconceitos e fazer valer a sua importância junto das instâncias nacionais e europeias”.

Moção de Miguel Albuquerque aprovada por unanimidade

A moção de estratégia global “Renovação” de Miguel Albuquerque foi aprovada por unanimidade no XV Congresso Regional. O documento de 60 páginas alerta que “chegou a hora que impõe a todos os militantes do

PSD/M [PSD/Madeira] a responsabilidade de fazerem uma escolha apta a relançar o PSD/M rumo a uma vitória nas próximas eleições regionais e capaz de mobilizar o povo da Madeira para uma nova etapa”.

Na moção, Miguel Albuquerque apresenta o compromisso de “prestar um serviço” à Madeira fazendo-a “recentrar no caminho do futuro”, recusando um PSD/M “enfraquecido e prostrado, em perda crescente de credibilidade junto da população”.

Ganhar a região, um partido de valores e próximo dos cidadãos e dignificar as instituições regionais são outros desafios de Miguel Albuquerque.

“A Madeira tem de assumir uma nova dinâmica de simpatia externa e atractividade internacional potenciando, com inteligência e profissionalismo, as suas notórias vantagens competitivas”, declara.

Miguel Albuquerque defende ser preciso “mudar de paradigma e incrementar novas apostas de desenvolvimento económico nos sectores onde a Madeira pode ser mais competitiva, estabilizar as finanças públicas, aumentar as receitas e diminuir as despesas”.

Albuquerque diz ser também necessário reforçar a autonomia fiscal, a criação de uma agência regional de investimento, rigor na afectação dos recursos, aproveitar as potencialidades do Atlântico, apostar no Centro Internacional de Negócios da Madeira e no turismo e atender à questão dos transportes aéreos, terrestres e marítimos são outras preocupações do novo líder.

No que diz respeito às alterações estatutárias, algumas das quais já aprovadas no congresso, Miguel Albuquerque quer que seja repensada a forma como fazer campanhas e comícios do partido para racionalizar verbas; a introdução do método de Hondt na eleição do Conselho Regional; a criação de conselhos regionais descentralizados nos diversos concelhos e freguesias.

Garantir a representatividade das comunidades madeirenses nos órgãos do PSD/M, cessar a publicação do jornal do partido “Madeira Livre” no actual formato, a privatização do “Jornal da Madeira” e criar um Gabinete de Estudos e Relações Externas cuja presidência será atribuído a Sérgio Marques, o ex-eurodeputado que também concorreu à liderança do partido, são outros aspectos que preconiza.

No relacionamento com a Assembleia Legislativa, Miguel Albuquerque defende a deslocação “frequente” do presidente do Governo Regional e dos secretários regionais ao parlamento a fim de prestar “os esclarecimentos necessários”, celebrar o “Dia da Região” com todas as forças políticas representadas no parlamento, a redução do número de deputados, um maior equilíbrio nos tempos de intervenção atribuídos às representações políticas no parlamento e a institucionalização de um debate anual com a presença do Governo Regional.

Os delegados ao XV Congresso Regional do PSD/Madeira aprovaram também, por unanimidade e aclamação, alterações aos estatutos do partido que fixam a possibilidade de eleição de minorias para os diversos órgãos do partido. Entre as alterações estatutárias figura a aplicação do método de Hondt (proporcional) ao Conselho Regional, ao Conselho de Jurisdição e à Mesa. “Onde antes tínhamos unicidade, passaremos a ter proporcionalidade”, explicou o advogado e membro da Comissão Política Regional hoje eleita João Paulo Marques.

“Quando no passado as listas menos votadas eram esquecidas, hoje serão acolhidas e representadas. É este o partido que queremos - forte mas eclético e com pensamento plural”, acrescentou.

Das alterações consta ainda a criação do Gabinete de Estudos e Relações Externas “como sinal de que os partidos não podem aparecer de eleição em eleição, mas têm de ser produtores constantes de conhecimento e de soluções para os cidadãos”.

No que diz respeito à descentralização do partido, o número de militantes ao Conselho Regional será aumentado e o da Comissão Política e do Secretariado diminuído.

Ainda nesta matéria, foi aprovado reavivar as Comissões Políticas Concelhias, “como reconhecimento de que as melhores decisões são tomadas por quem está mais próximo das populações”.

“Por fim, cumprindo com a nossa palavra, com o nosso compromisso com os militantes e com os madeirenses, propomos uma limitação ao exercício de cargos partidários após 12 anos consecutivos de funções”, afirmou João Paulo Marques.

O Congresso foi ainda marcado por declarações de apoio dos delegados ao novo líder, tendo inclusivamente





sido aprovada, por unanimidade, uma proposta que permite ao futuro Conselho Regional fazer novas alterações aos estatutos.

Alberto João Jardim eleito presidente honorário do PSD/Madeira

O Congresso aprovou por unanimidade e aclamação uma proposta subscrita por vários militantes declarando o líder cessante, Alberto João Jardim, como o primeiro presidente honorário do partido. Miguel Albuquerque expressou que esta era “uma homenagem justa a uma pessoa que deu o seu melhor ao serviço da região”.

Numa intervenção durante o Congresso, Alberto João Jardim afirmou que a “maior alegria” que pode ter é o novo ciclo do PSD/Madeira começar com uma maioria absoluta nas próximas eleições regionais. “A maior alegria que eu posso ter na política não são só estes quarenta anos que passámos. A maior alegria que eu posso ter na política é este novo ciclo que agora se iniciou começar com uma grande vitória por maioria absoluta”, afirmou Jardim, no decurso do XV congresso do PSD/Madeira, que já aclamou Miguel Albuquerque como novo presidente da comissão política regional dos sociais-democratas.

Em primeiro lugar, saudou Miguel Albuquerque: “O meu líder e o líder de todos nós”. Depois, realçou que, terminado o processo eleitoral interno, a regra tem de ser “um por todos e todos por um”. “Daqui não se sai, daqui não se pode sair”, declarou Alberto João Jardim.

O líder cessante do PSD/Madeira salientou que é fundamental o partido vencer as próximas eleições regionais por duas razões essenciais: a autonomia e a dívida pública da região.

“Esta autonomia tal como está não serve. É preciso mais autonomia e sobretudo é preciso uma definição sobre a autonomia. Sobretudo é preciso que fique claro quais são os poderes do Estado neste território e quais são os poderes da região”, disse Alberto João Jardim.

A sua proposta é definir para o Estado os direitos

liberdades e garantias individuais, a política de defesa e segurança interna, a política externa, a política de segurança social comum e os tribunais de recurso. “Fora disso, tudo tem de ser nossa competência, sob pena desta autonomia não estar concretizada em termos de servir como deve ser o povo madeirense”, sublinhou.

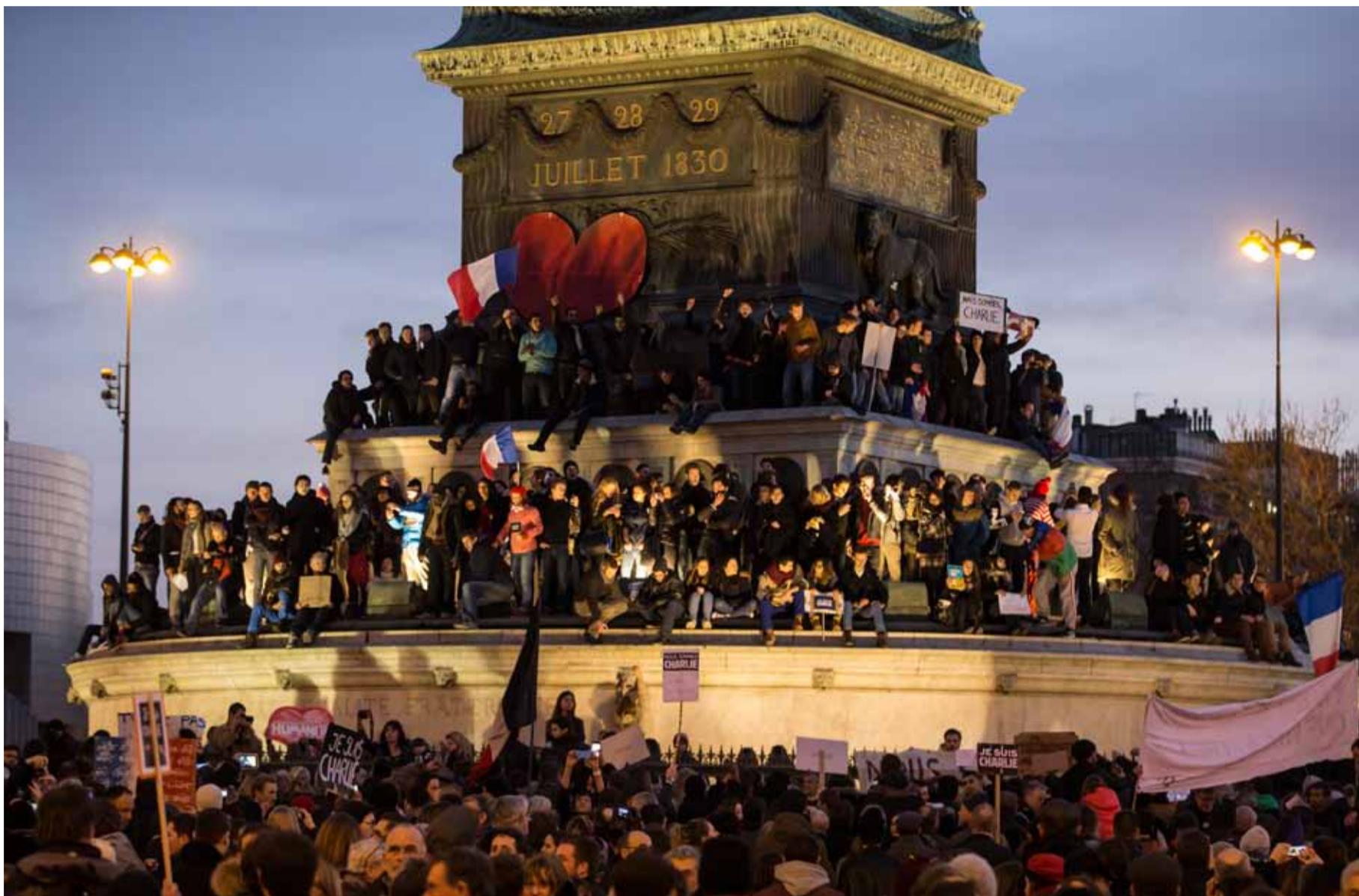
Quanto à dívida pública da Madeira, Jardim disse que ela se destinou ao desenvolvimento da região e que

resultou, em parte, do facto de o Estado ter “songado” ao longo de séculos aquilo que era produzido na região.

“Temos que ver, e ver com o Estado central, porque é que existe uma dívida pública na Madeira e porque é que essa dívida pública deve ser tratada de outra forma, porque o desenvolvimento da Madeira é sobretudo desenvolvimento de Portugal”, concluiu Alberto João Jardim.



Portugal condena “acto odioso” em Paris



Cerca de 3,5 milhões de pessoas marcharam no Domingo, em várias cidades de França, de acordo com a contabilização feita pela Agence France-Presse, naquela que o ministro do Interior francês considerou ser uma mobilização “sem precedentes”. Apenas em Paris, a organização estimou que 1,5 milhões de pessoas tenham ido para as ruas. A “marcha republicana” foi convocada logo no dia 7, na sequência do ataque ao jornal “Charlie Hebdo”, que matou 12 jornalistas, cartoonistas e um polícia. As manifestações de solidariedade para com as vítimas dos atentados de Paris sucederam-se um pouco por toda a Europa, juntando dezenas de milhares de pessoas em cidades como Londres, Bruxelas, Viena, Berlim e Lisboa.

O governo português condenou “veementemente” o ataque contra o jornal satírico francês “Charlie Hebdo”. Em comunicado, divulgado pelo ministério dos Negócios Estrangeiros, o governo português condenou “veementemente o violento atentado ocorrido em Paris” e lamentou “profundamente a perda de vidas humanas”. O governo português expressou ao executivo francês e às famílias das vítimas “as mais sinceras condolências e profunda solidariedade”. O ministério de Rui Machete manifestou ainda esperar que “os suspeitos deste acto bárbaro sejam rapidamente detidos, julgados e condenados”.

Pedro Passos Coelho condenou pessoalmente o “acto de terrorismo odioso” em Paris e manifestou-se convicto de que a França e os seus valores de “liberdade e tolerância” triunfarão sobre quem os atacou. Numa carta dirigida ao Primeiro-Ministro francês, Manuel Valls, Passos Coelho afirmou ter recebido com consternação a notícia. “Face a estes acontecimentos dramáticos, sabemos que a República francesa, apoiada nas suas instituições democráticas e nos seus valores de liberdade e tolerância, saberá fazer triunfar a justiça contra os que os atacaram”, afirmou, sublinhando que a França “sabe que pode contar com todo o apoio de Portugal”, prossegue o texto.

O Primeiro-Ministro deslocou-se, na sexta-feira passada, à Embaixada de França em Lisboa para deixar



uma mensagem de solidariedade e pesar no livro de condolências aberto após o ataque. Pedro Passos Coelho foi recebido pelo embaixador de França em Portugal, Jean-François Blarel.

No Domingo, Pedro Passos Coelho participou com a Presidente da Assembleia da República, na manifestação contra o terrorismo em Paris, e afirmou que “aqueles que estão contra a nossa maneira de estar encontrarão do nosso lado uma grande convicção na forma como defendemos estes valores”. Para o Primeiro-Ministro, tratou-se de “uma manifestação simples, pacífica, mas de grande força e de grande coesão entre todos aqueles que são obreiros - pelo mundo todo, mas também pela Europa - de uma sociedade que se quer continuamente mais livre, mais democrática, mais solidária e mais fraterna”.

O Primeiro-Ministro referiu também que a sua participação pretende “dar expressão a todos aqueles portugueses que neste momento são também solidários com a tragédia que se passou em Paris”, que foi “um atentado contra os fundamentos da liberdade, dos valores que estão na base da construção democrática”.

Na mesma linha, o Presidente da República português manifestou repúdio em mensagem enviada a François Hollande, e condenou o ataque numa carta endereçada ao chefe do governo francês, Manuel Valls. Numa mensagem enviada a François Hollande, Cavaco Silva também manifestou repúdio pelo atentado expressou condolências pelas vítimas. “Foi com profunda consternação que tomei conhecimento do atentado perpetrado em Paris, o qual merece a nossa total condenação e repúdio. Este acto provocou um elevado número de vítimas e atingiu um princípio fundamental das nossas democracias, o da liberdade de imprensa”, escreveu o chefe de Estado ao homólogo francês.

“Nesta hora de sofrimento e de luto, quero transmitir a Vossa Excelência e ao povo Francês, em nome do povo Português e no meu próprio, os sentimentos do nosso profundo pesar e sentida solidariedade”, lê-se no segundo parágrafo da mensagem enviada para o palácio do Eliseu.

Dois homens armados com uma ‘kalashnikov’ e um “lança-rockets” atacaram a redacção do jornal satírico francês ‘Charlie Hebdo’, em Paris, gritando “Vingámos o profeta”. Desde quarta-feira, dia 7, registaram-se três incidentes violentos na capital francesa, incluindo um sequestro, que, no total, fizeram 20 mortos, incluindo os três autores dos atentados.

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de condenação e pesar pelo atentado ao jornal francês “Charles Hebdo”, que foi subscrito por todos os grupos parlamentares e ao qual o governo se associou. O voto manifesta consternação do parlamento português e “profundo pesar pelos acontecimentos de Paris e exprime a sua solidariedade para com os familiares das vítimas, os trabalhadores do “Charlie Hebdo” e todos os jornalistas”. Após a votação, os deputados respeitaram um minuto de silêncio.



Apoiar a Madeira em “todos os desafios”

O vice-presidente coordenador da Comissão Política nacional e porta-voz do PSD, Marco António Costa, considera que “a Madeira nunca será um peso” para o país. “A Madeira não é, não foi, nem nunca será um peso para os portugueses do continente”, afirmou o responsável social-democrata, na sessão de encerramento do XV Congresso Regional do PSD que confirmou a liderança de Miguel Albuquerque, após as eleições internas de Dezembro.

Depois de referir o esforço que o Governo da República tem vindo a fazer desde 2011 para fazer sair o país da grave situação económica e financeira, Marco António Costa criticou o PS de ser “uma oposição omissa”, “tacticista”, “generalista” e “vaga”, defendendo que Portugal exige que a oposição assuma uma postura de diálogo.

Numa alusão às eleições legislativas nacionais e ao esforço empreendido pelo Governo da República, Marco António Costa lembrou que a “oposição deixa sempre pesadelos para os outros resolvê-los”.

O porta-voz afirmou que a 21 de Janeiro “o PSD inicia mais uma etapa de esclarecimento rumo ao crescimento e o emprego”, que poderá ser estendida à Madeira e aos Açores.

Marco António elogiou o processo eleitoral no PSD/Madeira e a sua unidade, tendo manifestado “todo o apoio” do partido a nível nacional para “os desafios” da região. “Podem contar com o PSD nacional para todos os desafios que têm pela frente”, realçou.

“As próximas eleições regionais são o primeiro passo de uma grande vitória do PSD em 2015. Vocês são a guarda avançada do PSD”, concluiu.

“A oposição não apresenta soluções”

Marco António Costa acusou o PS de “sacudir a água do capote” em vez de apresentar soluções para o país, classificando-o como um “partido do abstracto” em oposição aos sociais-democratas, durante a sessão de tomada de posse dos novos órgãos da concelhia do PSD do Fundão, dia 9.

“Quando nós não queremos ser confrontados com algo que nos é incómodo e quando não queremos assumir uma posição sobre alguma coisa, como diz o povo, sacode-se a água do capote. É isso que tem feito o PS: sacudir a água do capote para não assumir em momento nenhum, em concreto, uma posição sobre aquelas que devem ser as soluções que o país deve encontrar para os problemas que tem”, afirmou.

Durante o discurso dirigido aos militantes, o porta-voz do PSD reiterou que é preciso recordar às pessoas o trabalho que a maioria fez desde 2011 e deixou duras críticas ao PS, não só relativamente ao passado como também ao presente.

Marco António Costa sublinhou que a “mudança de liderança no principal partido da oposição não alterou o caminho” e defendeu que no PS se mantém, não só a recusa “em estabelecer um diálogo construtivo com a maioria”, como também a postura de procurar responder aos problemas “empurrando as soluções para o projecto europeu”. “Esta é uma forma, sob o ponto de vista político, de se fazer aquilo que o povo designa como ‘sacudir a água do capote’, insistiu.

De acordo com Marco António Costa, o “PS coloca-se sempre na posição cómoda de não apresentar soluções, de falar em abstracto sobre os problemas e de fazer “grandes proclamações” sobre os mesmos, mas “sem assumir o risco de dizer qual a solução que tem”.

O vice-presidente entende que a “agenda para a década” do PS “não passa de um conjunto de ideias vagas e de conceitos abstractos, que “no concreto e com objectividade não diz aos portugueses o que se pretende para cada um dos tempos”.

Em contrapartida, disse, “o PSD assume o risco de procurar soluções para os problemas, de escolher a so-



lução mais adequada e de a apresentar aos portugueses, bem como de a defender e aplicar com determinação para vencer os problemas”.

Marco António Costa sublinhou igualmente que os “portugueses têm de ficar a saber destas diferenças” e que têm de saber “quem são os partidos do concreto e os do abstracto”. “Em democracia, tudo isto tem de ser avaliado. Os portugueses têm de saber quem são os políticos que não têm medo de dizer o que pensam e o que

fazem e os políticos que fogem permanentemente à responsabilidade de dizerem o que pensam”, acrescentou, enumerando várias das metas que a actual governação alcançou, bem como algumas das medidas “concretas e objectivas” que foram tomadas para “melhorar a vida dos portugueses”.

Marco António Costa participou ainda, no dia 9 num jantar de Reis com militantes do distrito de Castelo Branco, na Covilhã.

Carlos Carreiras esteve com militantes da Amadora



O vice-presidente do PSD, Carlos Carreiras, esteve sexta-feira, 9 de Janeiro de 2015, num jantar de Reis com militantes da Secção do PSD da Amadora. Uma iniciativa que contou com a presença do presidente da distrital de Lisboa, Miguel Pinto Luz, do secretário-geral adjunto e deputado, Carlos Silva, do presidente da Secção, Martinho Caetano, e de diversos deputados eleitos por Lisboa.



Mais médicos contratados

O ministro da Saúde, Paulo Macedo, afirmou que, “desde 31 de Dezembro de 2010, foram contratados cerca de 2500 médicos e mais 1840 clínicos foram recentemente recrutados” para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), o que demonstra “o investimento que o Governo tem feito nesta área”. Estas declarações foram feitas pelo ministro, na Assembleia da República, durante o debate sobre a situação da Saúde, dia 8 de Janeiro.

Ainda no mês de Janeiro decorrerá um novo concurso para contratar 200 especialistas de medicina geral e familiar, também aberto a médicos que exerçam no sector privado. “No último concurso para esta especialização, que decorreu em 2014, cerca de 50 profissionais que trabalhavam em unidades do sector privado optaram por ir trabalhar no SNS”, anunciou Paulo Macedo, lembrando que “o alargamento das 35 para as 40 horas semanais de trabalho destes profissionais também deverá ajudar a suprimir a falta de médicos”.

Paulo Macedo afirmou igualmente que os centros de saúde da Administração Regional de Saúde do Norte terão o seu funcionamento reforçado. “Não vai haver qualquer encerramento de nenhuma área de cuidados de saúde primários nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março”, e “os centros de saúde já receberam, ou vão receber, instruções para alargarem os seus horários, sempre que de tal se justifique”.

Paulo Macedo declarou também que “o SNS está preparado para o pico de gripe, que deverá cessar” no final deste mês.



Horários de funcionamento dos centros de saúde foram alargados



O Parlamento assistiu, dia 8 de Janeiro, a um debate de actualidade sobre a situação das urgências hospitalares. Intervindo em nome do PSD, Miguel Santos sublinhou que esta é uma oportunidade importante para desmistificar o discurso que o PS tem feito em torno da acumulação de utentes na urgência dos hospitais. Dirigindo-se à bancada socialista, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD começou por lembrar que esta é uma situação recorrente e por citar várias notícias, de vários anos, que comprovam que a existência de picos de urgência no inverno é uma situação recorrente.

“Este grande e imprevisível aumento do número de utentes provoca a necessidade de espera, o aumento da população envelhecida também o provoca, havendo a necessidade de haver um tratamento muito mais demorado, e o facto de haver um recurso directo às urgências em prejuízo dos cuidados de saúde primários, o que levou o governo a alargar os horários de funcionamento dos centros de saúde”, sustentou o deputado.

A terminar, Miguel Santos recordou que o governo tem assumido uma conduta que resulta no facto de todos os médicos disponíveis no mercado serem contratados para o Serviço Nacional de Saúde.

PSD congratula-se com indicador da OCDE sobre melhoria da actividade económica

O Partido Social Democrata congratula-se com os dados divulgados, dia 12, pela OCDE, segundo os quais, o indicador mensal para Portugal subiu uma décima, para 101,7 pontos, acima do nível 100 que marca a média de longo prazo, enquanto para o conjunto da zona euro avançou apenas duas centésimas para 100,60 pontos. Segundo a OCDE, no conjunto da zona Euro, este indicador subiu só duas décimas para 100,60 pontos.

Apenas três países da zona Euro apresentam uma subida superior deste indicador que para Portugal tem subido consistentemente de uma décima por mês desde Agosto último (101,4 pontos), tendo-se registado variações de sinal diverso entre os países da moeda única.

São dados que traduzem um aceleração da melhoria da actividade económica e que confirmam que a situação económica em Portugal vem melhorando sustentadamente, o que condiz com outros indicadores e resultados divulgados nos últimos meses.

“Lusofonia económica” é oportunidade para a CPLP

O ministro dos Negócios Estrangeiros português considera que chamada “lusofonia económica” é uma das maiores oportunidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), representando quatro por cento do comércio mundial. Rui Machete, que intervinha na abertura do seminário diplomático, em Lisboa, dia 6, destacou que as questões económicas começam a assumir um papel cada vez mais central na actuação da organização lusófona, “falando-se da possibilidade de a ‘lusofonia económica’ constituir uma das maiores oportunidades da CPLP numa nova economia global”. “A organização representa cerca de quatro por cento do comércio mundial e engloba alguns países com as economias mais dinâmicas das regiões em que se inserem, constituindo um importante elo de ligação a uma vasta rede de organizações económicas regionais”, sustentou Machete, perante diplomatas e outros membros do governo.

Para o governante, “o desenvolvimento desses espaços económicos irá criar novas oportunidades de comércio e de investimento, tanto para empresas lusófonas como para as que comerciam com estas, incluindo as provenientes dos novos observadores associados” - casos do Japão, Turquia, Namíbia e Geórgia.

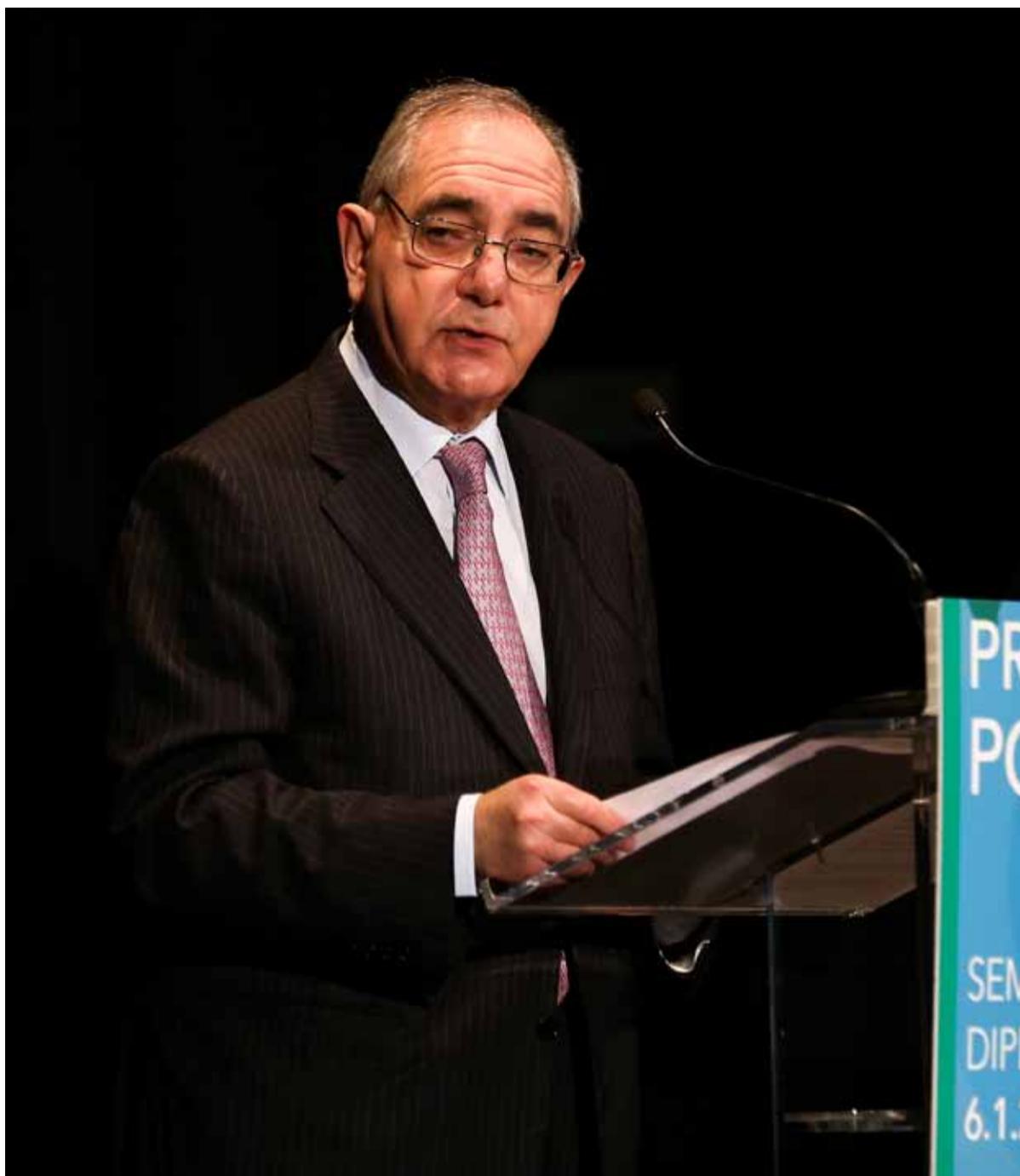
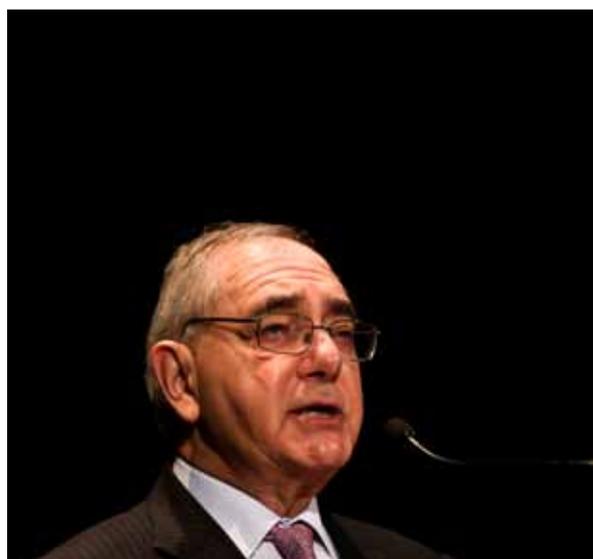
Recordando que a CPLP, que cumpriu no ano passado 18 anos, “sempre se caracterizou pelo seu carácter evolutivo”, o ministro mencionou que, em 2016, na próxima cimeira de chefes de Estado e de Governo dos nove países lusófonos será definida a nova visão estratégica da organização.

No ano passado, Timor-Leste assumiu pela primeira vez a presidência da CPLP, na 10.ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Díli, quando foi admitido um novo Estado-membro, a Guiné Equatorial - que se juntou a Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor.

Em relação à adesão do novo membro, marcada pela polémica, Rui Machete lembrou que “por iniciativa de Portugal, na declaração de Díli ficou registada a necessidade de um compromisso claro por parte da Guiné Equatorial da adopção dos princípios por que se rege a CPLP, designadamente na abolição da pena de morte, dando seguimento à moratória anteriormente aprovada”.

Na sua intervenção, o ministro aproveitou para destacar a qualidade das relações bilaterais de Portugal com os restantes países lusófonos.

Depois da expulsão de magistrados portugueses de Timor-Leste, no final do ano passado, é necessária uma “reavaliação da cooperação na área da Justiça”, que ainda está a decorrer, mas Portugal mantém o interesse “numa cooperação profícua e sectorialmente diversificada”.



Quanto a Angola - depois de em 2013 o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, ter desaconselhado uma parceria estratégica com Portugal -, as relações bilaterais “são hoje de uma densidade e dinamismo assinaláveis”.

“Para além das relações económicas, continuaremos em 2015 a aprofundar a coordenação política sobre temas internacionais de interesse comum, o que se justifica ainda mais pelo protagonismo que Angola vem assumindo na resolução de crises regionais e pela sua recente eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas”, frisou Machete.

Sobre a Guiné-Bissau, o ministro recordou o sucesso das eleições legislativas e presidenciais da primavera passada na escolha de “autoridades legítimas” e declarou o empenho de Portugal para que aquele país africano “reconquiste o seu lugar no panorama internacional e consolide a restauração da sua ordem constitucional, terminando com o isolamento”.

Com Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, as relações bilaterais são de excelência, referiu.

O Brasil conserva “o seu estatuto de prioridade regional, tanto pelas evidentes afinidades históricas e culturais, como pela muito relevante comunidade portuguesa ali residente”, com aquele país a manter a sua

posição de terceiro mercado português de exportação fora da União Europeia e o primeiro na América Latina - dados que Machete apontou como “razões mais do que suficientes para a realização, em 2015, da 12.ª Cimeira Luso-brasileira”.

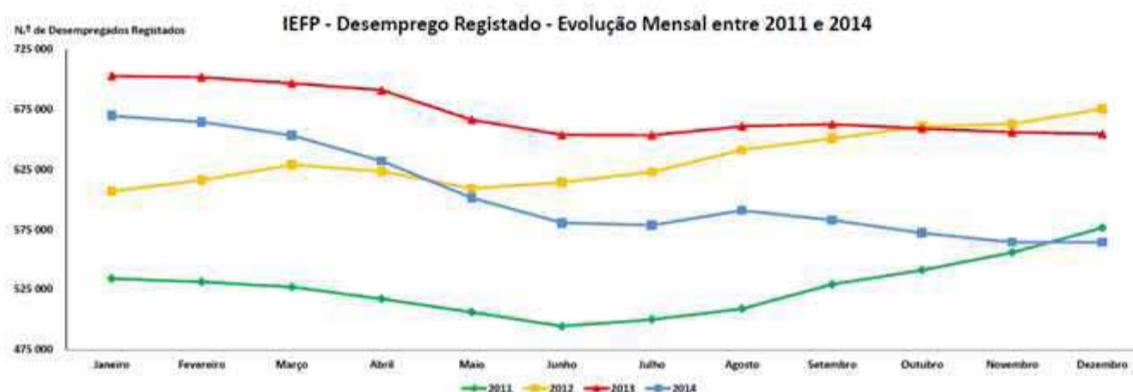
O ministro apontou ainda outras prioridades da diplomacia portuguesa, nomeadamente na Ásia: são os casos da China, com o relacionamento económico a aprofundar-se no ano passado, do Japão, que tem em Portugal o mais antigo parceiro na Europa, e ainda a Coreia do Sul, país com que Lisboa quer promover “uma maior proximidade institucional e económica”.

O governo português pretende ainda reforçar a proximidade com os países do Magrebe, em particular Marrocos, Argélia e Tunísia - com os quais realiza cimeiras bilaterais - e, ainda em África, com o Senegal, Nigéria, Gana, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Zimbabué, África do Sul e Namíbia.

Portugal e os Estados Unidos estão unidos por “fortes laços” e as “relações económicas e de segurança constituem as duas dimensões com maior potencial de crescimento”, disse Machete, que destacou ainda que no ano passado Lisboa se empenhou no reforço do relacionamento com a América Latina, em especial a nível económico-comercial, nomeadamente na Colômbia, México, Peru e, muito em breve, o Chile.

Desemprego desce em todas as regiões de Portugal

Segundo dados do IEPF agora divulgados, registou-se em Portugal continental, no mês de Dezembro de 2014, um decréscimo de -1,8 por cento no número de desempregados inscritos nos centros do IEPF relativamente ao mesmo mês de 2013 - 54.435 contra 55.447. Em 2014, até Dezembro, inscreveram-se na rede de centros do IEPF, 689.927 desempregados, o que representa menos (-5,8 por cento), o equivalente a (-42.690) desempregados que no mesmo período de 2013. O desemprego registado homólogo regista uma diminuição de 13,8 por cento (-90.257) relativamente a Dezembro de 2013 e de 16,5 por cento (-111.154) relativamente a Dezembro de 2012. A diminuição homóloga acontece em todas as regiões do continente, sendo a descida mais pronunciada no Algarve (-16,7 por cento). Em todas as regiões do continente, o número de desempregados em Dezembro de 2014 é inferior ao nível do desemprego em Dezembro de 2012 (-111.154) (-16,5 por cento).



Mais ofertas de emprego

Em Dezembro, foram registadas mais de 10 mil ofertas de emprego (10.410). Entre Janeiro e Dezembro de 2014 foram registadas 162.197 ofertas de emprego, o que significa um crescimento de mais 18 por cento relativamente a igual período de 2013. Durante este mês foram concretizadas (6.865) colocações no mercado de trabalho, mais 16,9 por cento que em Dezembro de 2013 (quase mais mil colocações que em Dezembro de 2013). Entre Janeiro e Dezembro de 2014 foram registadas 102.978 colocações, o que significa um crescimento de 24,6 por cento relativamente a igual período de 2013.

Juvenal Silva Peneda (1954-2015)



O Partido Social Democrata manifestou o profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Juvenal Silva Peneda. Em nota enviada à Imprensa, o PSD expressou "a mais sentida gratidão pela dedicação do Engenheiro Juvenal Silva Peneda no exercício de diversas funções ao serviço de Portugal, em que se distinguiu pelas suas elevadas qualidades de inteligência e empenho na defesa dos superiores interesses do Estado."

Juvenal Silva Peneda foi secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, presidente da direcção do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, presidente do Conselho de Administração da Sociedade Transportes Colectivos do Porto (STCP), administrador do Metro do Porto e docente universitário. Foi também coordenador-geral da Comunidade de Trabalho Galiza/Região Norte e da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Castela e Leão.

Juvenal Silva Peneda tinha 60 anos e faleceu dia 6 de Janeiro, no Porto, vítima de cancro.

Dar a palavra a todos os cidadãos

O Gabinete de Estudos Nacional (GEN) do Partido Social Democrata lançou no seu site uma área de reflexão e debate, onde se passa a poder contribuir directamente para a discussão política e a elaboração das soluções necessárias para o País.

Numa área aberta a todos os portugueses, sejam ou não militantes ou simpatizantes do PSD, a que poderá aceder em <http://gen.psd.pt/contribua.php>, já é possível realizar o seu contributo para o programa eleitoral do PSD, que será, se for essa a vontade dos eleitores, uma parte decisiva do próximo programa de Governo.

O seu contributo pode assumir a forma duma simples ideia, ou mesmo a de uma proposta de medida estrutural para o país.

Após realizar o seu contributo e caso o deseje, o seu nome tornar-se-á público, em reconhecimento da sua autoria.

O PSD formalizará o seu mais profundo agradecimento aos cidadãos que entenderem prestar o seu contributo pessoal no debate político nacional.



Conselho de Ministros de 8 de Janeiro de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que introduz as alterações relativas ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros da União Europeia, reforçando os direitos processuais das pessoas e promovendo a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido.

Passam a existir regras específicas comuns entre os Estados-Membros da União Europeia que fundamentam a recusa de reconhecimento e execução de uma decisão (julgamento) proferida na ausência do arguido.

Aproveita-se ainda a apresentação desta proposta para clarificar alguns aspectos da actual lei portuguesa, nomeadamente no que se refere à distribuição de competências entre autoridade de emissão e autoridade de execução relativas ao mandado de detenção europeu.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que, transpondo uma decisão da União Europeia, estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coacção em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas.

Esta decisão visa permitir que uma pessoa residente num Estado-membro, mas que seja arguida num processo penal noutra Estado-membro, seja supervisionada pelas autoridades do Estado onde reside enquanto aguarda o julgamento.

Permite, assim, controlar os movimentos do arguido, garantindo a protecção do público em geral, possibilitando a aplicação de medidas diferentes da prisão preventiva.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, aprovando ainda a alteração à Lei de Organização da Investigação Criminal.

Esta proposta de lei define o objectivo e princípios da plataforma para o intercâmbio de informação criminal e estabelece, designadamente, as regras de segurança e de acesso à informação.

Está prevista a utilização da plataforma como meio de acesso a bases de dados complementares, tanto de natureza administrativa como policial, para que seja possível pesquisar assuntos de forma integrada, através de uma entrada única, evitando acessos e autenticações diferenciadas para cada base de dados que se pretenda consultar.

Com a proposta de lei agora aprovada, as autoridades judiciárias competentes podem, a todo o momento, no âmbito da direcção da investigação criminal, da respectiva coordenação e da prevenção criminal, aceder à informação constante do sistema integrado de informação criminal.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a decisão da União Europeia relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros.

Esta proposta visa ainda a melhor sistematização e caracterização das linhas de actuação e organização da identificação criminal e dos serviços de identificação criminal, prevendo-se um registo especial para garantir o cumprimento das obrigações de guarda e retransmissão de informação.

É ainda feita a adequação das normas reguladoras da emissão de certificados para fins particulares às atuais exigências em matéria de conteúdo de informação acessível e de troca de informação entre entidades públicas, viabilizando a adopção de procedimentos mais simples e a concretização de soluções técnicas mais eficazes.

5. O Conselho de Ministros aprovou as regras relativas à aplicação das Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, visando a utilização eficiente e efectiva de todo o espaço marítimo nacional.

O diploma agora aprovado transpõe ainda a directiva da União Europeia que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo.

O diploma concretiza ainda o princípio da gestão partilhada entre a Administração Central e as Regiões Autónomas no que respeita ao planeamento e licenciamento do espaço marítimo nas áreas adjacentes aos arquipélagos.

Este diploma, assim como o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, estabelece uma efectiva articulação e a compatibilização dos programas e dos planos territoriais com os planos de ordenamento do espaço marítimo nacional, de modo a salvaguardar a interacção mar-terra em sede de ordenamento.

Fica definido que os procedimentos de atribuição de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional passarão a ser realizados por via electrónica, através de um balcão único electrónico, o qual permite a articulação com outros procedimentos eventualmente necessários para o exercício de um uso ou de uma actividade no espaço marítimo nacional. Assim, haverá apenas um interlocutor desmaterializado a articular os diferentes procedimentos através do balcão único electrónico.

A atribuição de um título de utilização privativa do espaço marítimo nacional obriga o seu titular a uma utilização efectiva e determina o dever de assegurar a adopção das medidas necessárias ao bom estado ambiental do meio marinho e das zonas costeiras.

6. O Conselho de Ministros decidiu alargar o âmbito de actuação da Agência para a Energia (Adene), preconizando uma abordagem integrada das políticas de energia e clima, conduzindo a uma economia de baixo carbono. Pretende-se potenciar a relação entre eficiência hídrica e eficiência energética.

Numa perspectiva de crescimento verde e de transição para uma economia de baixo carbono, por forma a englobar igualmente dimensões ambientais associadas ao uso eficiente dos recursos, dá-se um maior enfoque à actuação da Adene no domínio da eficiência energética na mobilidade e do uso eficiente dos recursos hídricos.

Atendendo à participação maioritária de entidades públicas na Adene, considera-se ainda oportuno instituir regras que assegurem um maior controlo financeiro da actuação da Agência e a adopção das melhores práticas de bom governo.

7. O Conselho de Ministros autorizou, nos limites da Lei do Orçamento do Estado para 2015, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., a emitir dívida pública, bem como a proceder à amortização antecipada de empréstimos e à realização de operações de reporte com valores mobiliários representativos de dívida pública directa do Estado, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado.

8. O Conselho de Ministros decidiu propor ao Conselho da União Europeia os membros representantes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e dos municípios no Comité das Regiões, até ao termo do respectivo mandato.

A delegação nacional no Comité das Regiões, composta por dois representantes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e 10 representantes dos municípios, sendo considerada a representação própria de cada uma das Regiões Autónomas, conforme audição dos respectivos órgãos de governo próprio, e, por outro, a representação de eleitos locais, mediante proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

9. O Conselho de Ministros aprovou a designação dos membros do Conselho de Administração Metropolitano de Lisboa, E.P.E., composto por um presidente e quatro vogais.

Refira-se que os conselhos de administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris), da Transtejo, Transportes do Tejo, S.A. e da Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. são integrados, em regime de acumulação, pelos mesmos membros.

No caso do ML, os administradores são designados por Resolução do Conselho de Ministros, o que agora se concretiza, e nos casos da Carris, da Transtejo e da Soflusa essa nomeação é feita por deliberação em reunião da assembleia geral.

10. O Conselho de Ministros aprovou a designação dos membros do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E., composto por um presidente e dois vogais, para um mandato de três anos, renovável.

“Redobrar esforços” em defesa das Lajes

O presidente do PSD/Açores defende que a decisão dos Estados Unidos de reduzir o número de trabalhadores na Base das Lajes torna necessário “redobrar esforços” e “continuar a pressão” para reverter ou atenuar a decisão do Pentágono. “Esta decisão do Pentágono leva a que seja necessário redobrar os nossos esforços de solidariedade entre partidos e entre governos no sentido de continuar a pressão em Washington para que estando ao lado do Congresso, que neste caso tem sido o nosso principal defensor, tentar pela via política reverter ou atenuar esta decisão do Pentágono”, disse Duarte Freitas, depois de uma audiência com o Presidente do Governo Regional, em Ponta Delgada.

O líder do PSD/Açores recordou que o partido tem estado “sempre ao lado” do Governo e dos restantes partidos no arquipélago em torno da questão da base



das Lajes, e destacou a sintonia que tem existido na defesa dos interesses dos Açores e nas acções que têm sido desenvolvidas sobre este assunto.

Os deputados do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores eleitos pela ilha Terceira alertaram também para as consequências da redução militar na Base das Lajes e da quebra no preço do litro de leite. “Nós estamos, de facto, em crer que a economia da ilha Terceira vai



atravessar maus momentos nos próximos tempos”, salientou, em declarações aos jornalistas, António Ventura, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

António Ventura, que falava no final de uma reunião com a direcção da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, referiu como sinais de “extrema preocupação” a decisão dos Estados Unidos da América de reduzir a presença militar e o número de trabalhadores portugueses na base das Lajes, mas também a anunciada descida do preço do litro de leite.

Se por um lado, o corte na base das Lajes vai provocar despedimento de trabalhadores, extinção de postos de trabalho, extinção de empresas e redução no aluguer de casas, a quebra do preço do litro de leite vai afectar indirectamente a economia da ilha, tendo em conta que o peso da agricultura, alertou o social-democrata.

“O que vai acontecer quer ao nível da redução do preço do litro de leite, quer obviamente com a base militar, vai potencializar ainda mais a emigração e o envelhecimento da ilha Terceira”, sublinhou, alegando que 13% da população da ilha tem mais de 65 anos.

Nesse sentido, António Ventura reivindicou “uma

estratégia regional que englobe a Terceira” por parte do Governo Regional, defendendo que as ilhas devem ser “complementares”.

“É preciso rever prioridades e atender a uma estratégia que crie riqueza e postos de trabalho na ilha Terceira”, frisou.

Para o parlamentar do PSD, o Governo Regional não pode, por exemplo, “requalificar um edifício para instalar um museu no valor de 2,9 milhões de euros, quando em paralelo há uma economia que se afunda”.

Perante o actual cenário, António Ventura disse que “as soluções existem”, basta que o Governo Regional as coloque em prática, lembrando que o programa do Governo, aprovado em 2012, inclui um “conjunto de medidas sociais e económicas para mitigar o impacto social e económico da saída dos militares norte-americanos e da redução dos portugueses”.

António Ventura lembrou que a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo apresentou há pouco tempo um plano estratégico para a ilha Terceira e que o parlamento açoriano aprovou uma proposta do PSD para estudar as potencialidades da base das Lajes, integrando os governos nacional e regional.

PSD/Açores quer soluções para a situação “preocupante” da SATA

O presidente do PSD/Açores afirma que a situação da transportadora aérea SATA é “preocupante” e devem ser procuradas soluções, “até em Bruxelas”, para salvaguardar os interesses dos trabalhadores e o serviço público que presta nas ilhas. “Já houve noutros espaços europeus companhias aéreas que atravessaram dificuldades e conseguiu-se arranjar soluções para recapitalizar essas companhias aéreas. São soluções excepcionais, únicas, que têm de ser trabalhadas, que têm de ser negociadas, mas que, depois de autorizadas, podem permitir, como já permitiram a outras companhias aéreas, enfrentar o futuro com outra segurança”, frisou.

Duarte Freitas falava em Ponta Delgada, numa conferência de imprensa, depois de os jornalistas lhe terem perguntado se o PSD já conhece o plano estratégico da SATA para 2015-2020, que o Governo Regional e a administração da empresa vão apresentar aos deputados do parlamento dos Açores na sexta-feira. O presidente do PSD/Açores declarou desconhecer o documento, mas considerou que algumas notícias que

têm sido divulgadas nos últimos dias dão conta de que a situação da empresa é “preocupante” e que a SATA não se preparou para as novas obrigações de serviço público no transporte aéreo nas ilhas, que entrarão em vigor em Abril e que prevêem, entre outras coisas, a liberalização de algumas rotas para o continente.

Referindo que pode estar em causa o serviço público que a SATA presta aos açorianos, mas que há também “muitos funcionários envolvidos”, Duarte Freitas disse estar “muito preocupado”.

“O PSD/Açores vai não só continuar a defender que as tarifas baixem substancialmente inter-ilhas”, apresentando “as propostas políticas e parlamentares necessárias” para assegurar preços mais baixos nas viagens dentro do arquipélago, como tem “disponibilidade” e “vontade de colaborar para se encontrarem soluções até em Bruxelas de maneira a que o Grupo SATA e o serviço que presta possa ser salvaguardado”, afirmou.

Duarte Freitas considerou que a responsabilidade da situação da empresa é dos sucessivos governos socialistas dos Açores e, “desde logo”, do actual presidente



do executivo, Vasco Cordeiro, e do secretário regional dos Transportes, Vítor Fraga.

O líder do PSD açoriano lembrou que na legislativa anterior, Vasco Cordeiro era o secretário regional que tutelava a SATA e Vítor Fraga integrava a administração da empresa.

Duarte Freitas lembrou que a SATA teve em 2013 prejuízos de 15 milhões de euros e acrescentou que, em 2014, poderão ter sido de 25 milhões de euros, sublinhando que são resultados conseguidos numa situação ainda de “monopólio”, sem concorrência.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

LINGUAGEM DE CAMPANHA

Vai iniciar-se em breve a campanha oficial de propaganda para as eleições legislativas. Durante algumas semanas o «Povo Livre» estará mobilizado para essa acção partidária, que é a de levar a todos os militantes, simpatizantes e cidadãos a mensagem eleitoral do PSD, dos seus candidatos a deputados, empenhados numa vitória da social-democracia em 6 de Outubro próximo.

Fá-lo-á com a sua linguagem própria: clara, serena, firme, mas também entusiástica. É que a linguagem da razão fria prolonga-se, nos momentos decisivos, na do coração aberto. E os sociais-democratas, como todos os Portugueses, são sensíveis à afectividade.

Temos um projecto e um programa a propor aos eleitores. Fruto de mais de dez anos de experiência partidária, de assunção de responsabilidades no poder e na oposição, essa proposta foi amadurecida por uma reflexão exigente, sendo por isso mesmo realista, isto é, realizável com os meios de que o País dispõe: numa palavra, com a participação activa da maioria dos Portugueses que acreditam na Pátria, na Liberdade, na Democracia, na Justiça.

Temos um líder sério, competente e prestigiado, eleito no congresso do nosso Partido, respeitado e seguido pelas suas bases, que se impôs pela sua coerência, determinação e autoridade, sendo hoje conhecido pelo Povo português, que nele deposita a esperança numa governação eficiente, que faça sair Portugal da crise profunda em que vegeta.

Temos candidatos honestos, capazes, com provas dadas na vida profissional, social, cultural, política, alguns deles que são já deputados desde a Assembleia Constituinte ou desde legislaturas parlamentares posteriores, outros novos e estreados, de gerações mais jovens.

Isso permite aliar a experiência à imaginação e à criatividade. Escolhidos para representar toda a nação, há os que têm, além disso, uma vocação especial para defender os interesses da sua terra, do seu círculo, da sua região. Ao lado dos que são membros do partido, certos deles são personalidades independentes de relevo na vida portuguesa.

E temos, sobretudo, esta magnífica comunidade viva que são os nossos militantes, aqueles que nas ruas, nos locais de trabalho, nos seus meios de convívio, em casa, vibram com a campanha, fazendo todos os sacrifícios para que a nossa mensagem chegue a mais um conhecido, um amigo, um familiar. Uma palavra especial para os jovens da JSD: eles darão a sua alegria e energia à campanha.

Partido democrático, de homens livres, de Portugueses de carne e osso, é na relação de pessoa a pessoa que sobretudo o PSD vai apostar nesta campanha eleitoral. Entretanto, nos comícios, reuniões, manifestações, desfiles, festas de toda a ordem com que vamos mobilizar os portugueses, pautar-nos-emos sempre pela educação cívica. Pelo respeito dos nossos adversários, pela tolerância para com as ideias. Mas também pela convicção forte nas nossas opiniões, que como são justas não-de ser partilhadas pela maioria dos eleitores.

Retomar a esperança — eis a nossa divisa. É com esperança que partimos para a campanha eleitoral. É a linguagem da esperança a nossa linguagem de campanha.

J.A.S



A ESPERANÇA RENASCE



COM CAVACO SILVA

PÁGS. 2, 3 e 4



O ano da competitividade

Jaime Quesado (*)

O novo ano tem que ser muito o ano da competitividade. Quando nos anos 1990, o Professor de Harvard Michael Porter elaborou o célebre Relatório, encomendado pelo Governo Português de então, o diagnóstico sobre o que fazer e as áreas estratégicas de actuação foi muito claro – ou se reinventava por completo o modelo económico ou então a economia portuguesa tenderia a morrer com o tempo. Vinte anos depois, o balanço é conhecido – défice estrutural elevado, desemprego incontrolado, um tecido empresarial envelhecido. Como há 20 anos, torna-se claro que a competitividade portuguesa é o grande desafio nos próximos tempos! Por isso, é tempo mais do que nunca de um choque de competitividade em Portugal!

Falta em Portugal um sentido de entendimento colectivo de que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas é o único caminho possível para o futuro. Falta por isso em Portugal uma verdadeira Rede Integrada para a Competitividade capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional.

Uma breve radiografia à matriz sectorial da economia portuguesa demonstra de forma inequívoca as alterações contextuais produzidas ao longo destes últimos vinte anos, com impactos directos na própria organização da sociedade. Para além do desenvolvimento duma “nova economia de serviços”, de âmbito eminentemente local e com impacto reduzido em matéria de criação de valor sustentado, é de referir também o fenómeno de progressiva desindustrialização, entretanto acentuado nos anos mais recentes e o ténue desenvolvimento de “novos clusters” associados às dinâmicas da Inovação e Desenvolvimento. Trata-se duma evolução manifestamente assimétrica, com efeitos negativos em matéria de renovação dos indicadores activos de “capital estratégico”.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no mercado global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial. Se Michael Porter voltasse a Portugal, não poderia dizer outra coisa. A competitividade tem por isso de sair do papel e ir para o país real.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Abrantes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Janeiro de 2015, (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Rua de São Pedro, nº 22 -1º, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- Ponto único – Análise da situação política

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00 horas, na sede da Secção sita na Rua do Paço, 8, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 -Tomada de posse dos Órgãos da Secção
- 2 - Informações
- 3 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes a 2014
- 4 - Situação Política Local e Nacional

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Arcos de Valdevez, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Janeiro de 2015, (sábado) pelas 17h00, no Restaurante Alameda,

com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- 1 – Análise da situação política
- 2 – Aprovação das contas de 2014
- 3 – Outros assuntos de interesse

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, no edifício da sede da Junta de Freguesia de Urrô, sito no lugar de Casal Maria, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos.

BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Boticas, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2015 (quinta-feira) pelas 18h00, na sede, sita na Av. Sangunhedo, 25, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00

CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cadaval, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2015, pelas 21:00, na sede da secção, sita na Rua D. Fernando nº 12, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
- 1 – Apresentação e votação do relatório de contas do ano de 2014
- 2 - Análise da situação política.

NÚCLEO ÁGUAS SANTAS / PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Águas Santas / Pedrouços para reunir no próximo dia 28 de Janeiro de 2015 (quarta-feira) pelas 21h30 no Auditório do Espaço Municipal da

Casa do Alto – Pedrouços, sito na Rua António Simões, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações gerais
- 2 – Análise da situação política

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão para reunir no próximo dia 17 de Janeiro de 2015 (sábado), pelas 71h00, na sede, sita na Rua Machado dos Santos, 17 r/c, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Autorização de criação de Grupo Temático – Gabinete de Estudos PSD – Portimão – nº 4 e 5º do art.º 78º dos Estatutos Nacionais do PSD
- 2 - Informação sobre Instituição do Conselho de Opinião do PSD de Portimão – nº. 6 do art.º 78 dos Estatutos Nacionais do PSD
- 3 – Autorização de preenchimento de vacatura na CPS por parte dos suplentes da Comissão Política – alínea e) do nº.2 do art.º 53 dos Estatutos Nacionais do PSD
- 4- Nomeação de Secretários Gerias Adjuntos – Gabinetes de Apoio – Informação – alínea d) do nº 2 do art.º 56 dos Estatutos Nacionais do PSD
- 5 – Sede do PSD de Portimão – Definição da estratégia política a adoptar – alínea a) do nº 2 do art.º 53 dos Estatutos Nacionais do PSD
- 6 – Análise da situação política-partidária – alínea a) do nº 2 dos Estatutos Nacionais do PSD
- 7 – Outros assuntos de interesse dos militantes

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir, no próximo dia 30 de Janeiro de 2015 (sexta - feira), pelas 21H30, na sede, sita na Av. Sousa Cruz, 11 C.C. Galáxia, Loja 19, com a seguinte,

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Apresentação e votação do Relatório e Contas de 2014
- 2.- Análise da situação política

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 22 de Janeiro de 2015 (quinta- feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua do M. F. A., nº 11, - Amora, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2.- Análise da situação política - partidária
- 3.- Outros assuntos

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Trofa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Janeiro de 2015 (quarta - feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua Camilo Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e votação do Relatório e Contas relativo a 2014
- 2 - Apresentação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2015
- 3 - Análise da situação política

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Verde, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2015 (segunda - feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua 1º de Maio, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2.- Análise da situação política
- 3 - Apresentação e votação do Orçamento e Plano de Actividades para 2015
- 4 - Outros assuntos

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 21 de Janeiro de 2015 (quarta-feira), na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Aprovação de Contas do ano 2014.

**CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Setúbal, para uma reunião a realizar no próximo dia 31 de Janeiro de 2015 (Sábado), pelas 21h00m, na Rua Rodrigues de Freitas nº23 1º esquerdo, 2900-107 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e aprovação do calendário e do Regulamento Eleitoral do Congresso Distrital de Setúbal.

ODIVELAS

Ao abrigo do n.º 2 do Art. 71.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Odivelas, para reunir em sessão ordinária no dia 27 de janeiro de 2015, pelas 21:15 horas, na sede concelhia da JSD/PSD, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, n.º 11, c/v Dt.º, Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Plano de atividades;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD de Espinho para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro

de 2015, pelas 19 horas, na Sede do PSD - JSD/Espinho, sita na Rua 22, n.º 339, em Espinho.

Ponto Único: Eleição dos órgãos concelhios da JSD Concelhia de Espinho: Eleição para a Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 19h00m às 21 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Espinho, na Sede Concelhia do PSD/JSD, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias da JSD.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Ponte da Barca para reunir, a realizar no dia 31 de janeiro, Sábado, pelas 21H30, no Auditório da Casa das Artes de Ponte da Barca, sita na Vila de Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações.
2. Ponte da Barca 2020 Vencer o Futuro.
3. Análise da situação política local, distrital e nacional.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD Concelhia de Santarém para reunir, no próximo dia 24 de Janeiro de 2015, pelas 20h30, na sede Distrital do PSD de Santarém, sita na Calçada de Mem Martins, nº 10, 1º, 2001-901 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações e outros assuntos;
- 2 - Apresentação do relatório de actividades da CPC de Santarém do ano 2014;
- 3 - Apresentação do plano de actividades da CPC de Santarém para o ano 2015;
- 4 - Análise da Situação Política actual;

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Concelhia de Vizela da JSD, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2015, pelas 21h15m, na Sede do PSD Vizela, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação do Plano Estratégico 2015;
- 2 - Apresentação de proposta para distinção hono- rária da JSD;
- 3 - Discussão da situação política local.

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Vide, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 23 de Janeiro de 2015, pelas 21h e 30 minutos na Sede Concelhia da JSD Rua de Olivença, 13 - 1º eq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Apresentação da nova lista e marcação de data para as eleições
- 3- Assuntos relacionados com a Assembleia Distrital
- 4- Outros Assuntos referentes ao mandato 2013-2015

